



23 de dezembro de 2022
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
3º Trimestre de 2022

O SALDO EXTERNO DA ECONOMIA AGRAVOU-SE PARA -1,2% DO PIB. O SALDO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS AUMENTOU PARA 1,1% DO PIB

A economia portuguesa registou um agravamento da necessidade de financiamento no 3º trimestre de 2022, que passou de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) no 2º trimestre de 2022 para 1,2%¹. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 2,1% e 2,0% (crescimentos de 2,7% e 2,4% no trimestre anterior). A redução do saldo externo da economia reflete a diminuição dos saldos de todos os setores internos, com exceção das Administrações Públicas (AP).

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) das Famílias aumentou 1,0% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 1,8% e 1,0% das remunerações e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente. A despesa de consumo final aumentou 2,0% (2,7% no trimestre anterior), determinando a redução da taxa de poupança para 5,1% (6,1% no trimestre anterior), o que conduziu a uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB (capacidade de financiamento de 0,4% do PIB no trimestre anterior). Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* das Famílias diminuiu 0,4% no 3º trimestre de 2022.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) fixou-se em -3,4% do PIB, menos 0,5 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. O VAB registou um aumento de 3,4%, superior ao crescimento das remunerações pagas (taxa de variação de 2,3%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 2,9%. O saldo das Sociedades Financeiras diminuiu 0,2 p.p. para 1,2% do PIB no 3º trimestre de 2022.

O saldo do setor das AP aumentou 0,9 p.p., passando de uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB no 2º trimestre para 1,1% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2022. Tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP atingiu 4 147,2 milhões de euros no 3º trimestre de 2022, correspondendo a 6,8% do PIB, o que compara com 3,5% no período homólogo. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2022, o saldo das AP fixou-se em 4 980 milhões de euros (2,8% do PIB, que compara com -2,5% do PIB em igual período de 2021).

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas **taxas de variação em cadeia** entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque). As taxas de variação apresentadas correspondem a variações nominais.



Economia portuguesa apresentou um saldo negativo de 1,2% do PIB

A economia portuguesa registou um agravamento da necessidade de financiamento no 3º trimestre de 2022, que passou de 0,8% do PIB no 2º trimestre para 1,2%. O PIB nominal aumentou 2,5% face ao trimestre anterior e 10,8% comparativamente com o trimestre homólogo. O RNB e o RDB aumentaram, respetivamente, 2,1% e 2,0% relativamente ao trimestre anterior (10,5% e 9,8% face ao trimestre homólogo).

O aumento do RDB da economia no 3º trimestre de 2022 acima do crescimento de 1,7% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou o aumento de 3,1% da poupança bruta da economia, que representava 18,9% do PIB (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior e menos 0,4 p.p. que no trimestre homólogo).

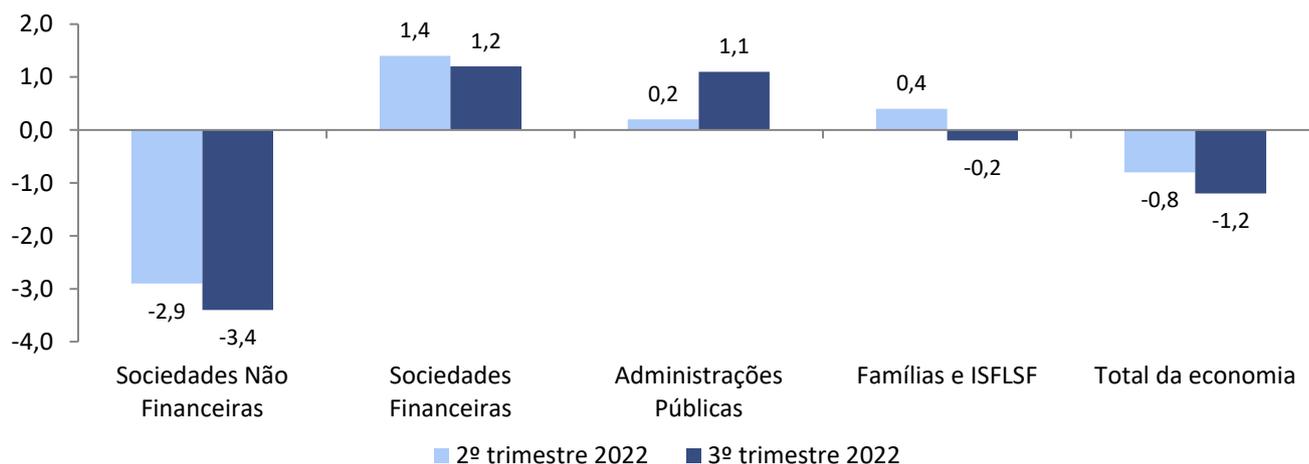
Contudo, o aumento da poupança não foi suficiente para compensar o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a redução do saldo das transferências de capital, conduzindo a um agravamento do saldo externo da economia para -1,2% do PIB. A FBCF aumentou 2,2% comparativamente com o trimestre anterior e 11,6% face ao trimestre homólogo.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
3ºT 2019	212 112	1,0	206 864	0,9	211 518	0,9
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 935	-0,2	208 571	-0,1	213 780	0,0
2ºT 2020	205 828	-3,8	201 693	-3,3	206 817	-3,3
3ºT 2020	203 071	-1,3	199 574	-1,1	204 716	-1,0
4ºT 2020	200 519	-1,3	197 398	-1,1	202 446	-1,1
1ºT 2021	199 118	-0,7	196 049	-0,7	201 440	-0,5
2ºT 2021	206 751	3,8	203 625	3,9	209 747	4,1
3ºT 2021	210 308	1,7	206 943	1,6	213 406	1,7
4ºT 2021	214 471	2,0	211 875	2,4	218 358	2,3
1ºT 2022	221 149	3,1	218 158	3,0	224 435	2,8
2ºT 2022	227 438	2,8	224 060	2,7	229 715	2,4
3ºT 2022	233 015	2,5	228 704	2,1	234 307	2,0



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: necessidade de financiamento das Famílias atingiu 0,2% do PIB

A necessidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,2% do PIB no 3º trimestre de 2022, o que representa uma diminuição face ao trimestre anterior em que se tinha verificado uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB.

A taxa de poupança das Famílias (figura 4) atingiu 5,1% do RDB, o que traduz uma redução de 1,0 p.p. relativamente ao trimestre anterior. Este desempenho foi consequência do aumento de 2,0% do consumo privado (variação em cadeia de 2,7% no trimestre anterior), superior ao crescimento de 1,0% do rendimento disponível. Relembra-se que, salvo indicação em contrário, as variáveis aqui apresentadas estão em termos nominais, o que, no caso do consumo privado, significa que a sua evolução é marcada pela aceleração dos preços evidenciada pelo Índice de Preços no Consumidor no 3º trimestre de 2022

A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação (1,0%) do RDB das Famílias no ano acabado no 3º trimestre de 2022. As remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,3 e 0,2 p.p., respetivamente, para essa taxa de variação (idênticas à do trimestre anterior, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar as contribuições negativas do saldo das prestações sociais e dos impostos (sobre o rendimento e património) em 0,2 e 0,5 p.p., respetivamente.



DIÁSTASQUE

Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

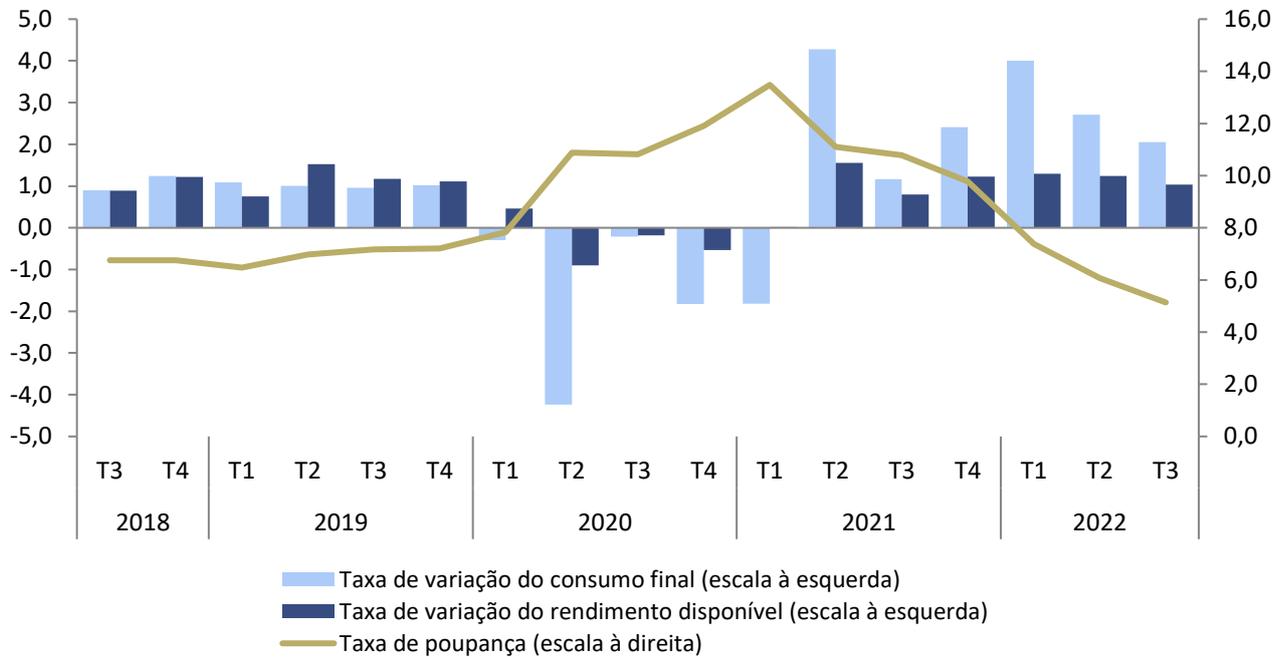
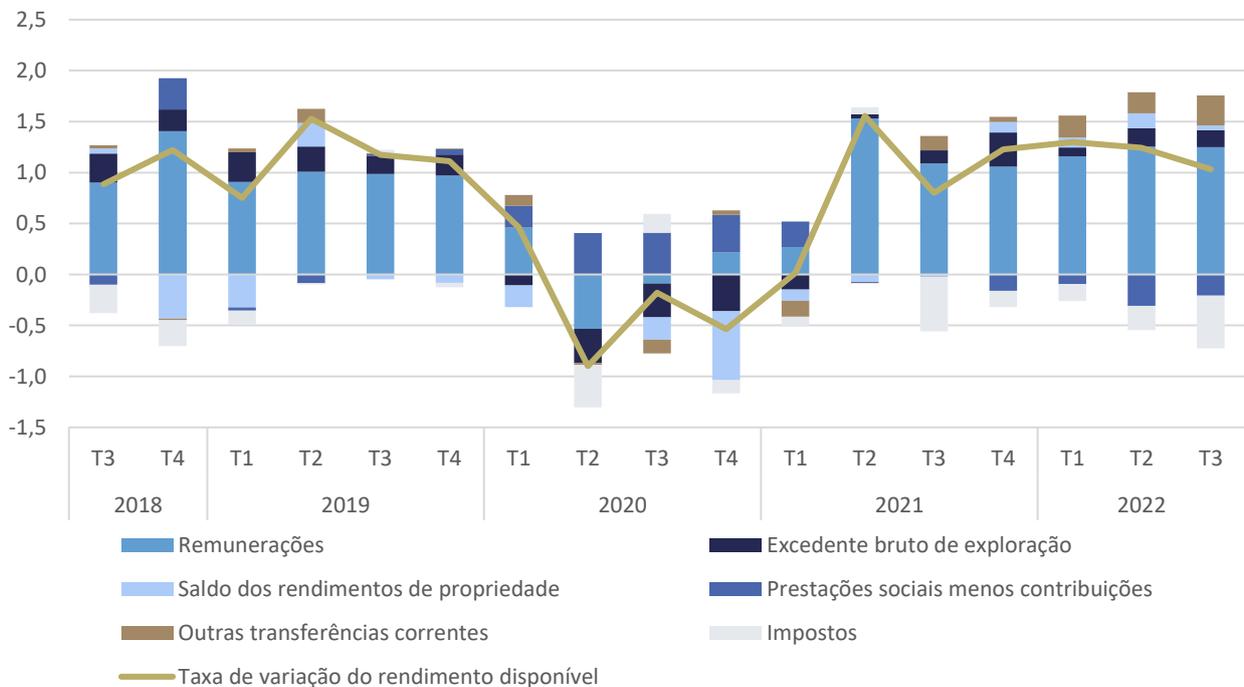


Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 0,8% no 3º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior. Comparando com o trimestre homólogo, o aumento da FBCF das Famílias foi 3,0%. A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) manteve-se em 6,0% entre o 2º e o 3º trimestre de 2022.

O RDB ajustado nominal das Famílias *per capita* fixou-se em 17,6 mil euros no 3º trimestre de 2022, o que representou um aumento de 1,0% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias. O RDB ajustado das Famílias *per capita* em termos reais, que constitui um indicador mais adequado num contexto de inflação elevada, diminuiu 0,4% no 3º trimestre de 2022, mas, no entanto, o consumo individual em termos reais aumentou 0,4% (ver caixa da página 14 deste destaque).

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 3,4% do PIB

A necessidade de financiamento das SNF aumentou 0,5 p.p. no 3º trimestre de 2022, fixando-se em -3,4% do PIB (saldos de -2,9% e -1,5% no trimestre anterior e no homólogo, respetivamente).

O VAB aumentou 3,4% no 3º trimestre de 2022 e 14,0% face ao trimestre homólogo. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento em 2,3% das remunerações pagas e pela diminuição em 11,4% dos subsídios à exploração, determinando um aumento de 4,3% do Excedente Bruto de Exploração. Os subsídios de exploração recebidos apresentaram uma trajetória decrescente com início no 2º trimestre 2021, refletindo o impacto da redução das medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19. Adicionalmente, refira-se ainda o aumento considerável dos impostos sobre o rendimento pagos pelas SNF, com uma variação de 26,8% no 3º trimestre de 2022.

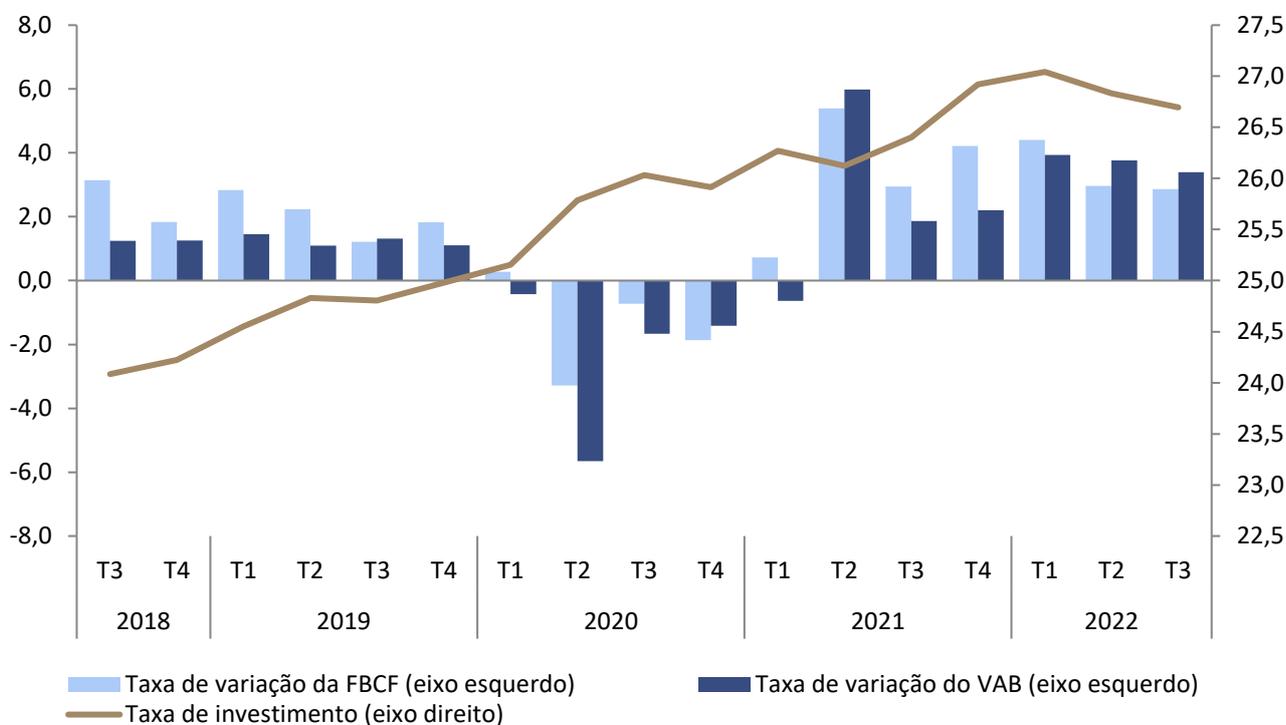
A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 24,2% (mais 0,5 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido² e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 2,9% da FBCF, inferior ao crescimento do VAB do setor em 0,5 p.p., determinou um ligeiro decréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB), fixando-se em 26,7%. A FBCF a preços correntes das SNF tem apresentado taxas de variação em cadeia positivas desde o 1º trimestre de 2021.

² O Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido correspondem, respetivamente, ao EBE e VAB deduzindo o consumo de capital fixo.



Figura 6. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu 0,2 p.p. para 1,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,2% do PIB, menos 0,2 p.p. que o valor observado no trimestre anterior. Para este resultado contribuiu principalmente a redução do saldo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 12,3% e 8,7%, respetivamente, face ao trimestre anterior. A redução daquele saldo mais que compensou o aumento do VAB do setor, que cresceu 0,9% entre o 2º e o 3º trimestre de 2022.

**Administrações Públicas: saldo aumentou 0,9 p.p. do PIB**

O saldo do setor das AP aumentou 0,9 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2022, passando de uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB no 2º trimestre para 1,1% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,9%) superior ao aumento da despesa (0,7%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Figura 7. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2021T3	2021T4	2022T1	2022T2	2022T3
Receita total	94 056,0	96 321,5	98 573,4	101 437,2	104 350,7
Receita corrente	91 664,0	93 741,0	95 989,0	98 907,6	102 811,4
Impostos sobre o rendimento e património	20 799,0	20 707,7	21 103,5	22 473,6	24 867,6
Impostos sobre a produção e importação	31 107,4	32 346,6	34 063,4	35 193,6	36 015,6
Contribuições sociais	26 771,1	27 266,6	27 714,9	28 308,2	28 949,6
Vendas	6 657,9	6 686,0	6 928,8	7 182,6	7 464,9
Outra receita corrente	6 328,6	6 734,1	6 178,5	5 749,5	5 513,8
Receita de capital	2 392,0	2 580,5	2 584,3	2 529,6	1 539,3
Despesa total	102 206,3	102 536,9	102 175,9	101 016,7	101 694,8
Despesa corrente	93 856,3	94 287,8	93 770,1	93 482,6	94 019,7
Prestações sociais	41 381,2	41 608,5	42 047,6	42 228,9	42 532,1
Despesas com pessoal	24 789,8	24 974,8	25 174,2	25 360,5	25 535,2
Juros	5 405,4	5 170,5	4 992,4	4 842,0	4 779,7
Consumo intermédio	12 034,9	12 434,5	12 643,5	12 792,2	12 874,4
Subsídios	4 674,4	4 275,9	3 015,8	2 012,1	1 709,4
Outra despesa corrente	5 570,7	5 823,7	5 896,5	6 246,9	6 589,0
Despesa de capital	8 350,0	8 249,2	8 405,8	7 534,0	7 675,0
Investimento ⁽¹⁾	5 448,6	5 618,6	5 730,3	5 872,1	5 966,4
Outra despesa de capital	2 901,4	2 630,6	2 675,5	1 662,0	1 708,7
Saldo corrente	-2 192,3	-546,8	2 218,9	5 425,0	8 791,7
Saldo total	-8 150,3	-6 215,5	-3 602,6	420,6	2 656,0
Por Memória:					
Despesa corrente primária	88 450,9	89 117,3	88 777,7	88 640,7	89 240,1
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	210 308,0	214 470,7	221 148,6	227 438,3	233 015,3
Saldo em % do PIB	-3,9	-2,9	-1,6	0,2	1,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou dos aumentos em 0,6% da despesa corrente e em 1,9% da despesa de capital. A variação da despesa corrente foi determinada pelo aumento dos encargos com prestações sociais (0,7%), das despesas com pessoal (0,7%), do consumo intermédio (0,6%) e da outra despesa corrente (5,5%). Em sentido oposto, verificou-se uma diminuição dos encargos com juros (-1,3%) e dos subsídios pagos (-15,0%), refletindo



peelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira ao Estado, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira³.

Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, a figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os terceiros trimestres de 2021 e 2022.

Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas

	3º trimestre de 2021		3º trimestre de 2022		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	27 020,8	48,9	29 934,3	49,2	10,8
Receita corrente	25 694,5	46,5	29 598,3	48,7	15,2
Impostos sobre o rendimento e património	7 323,9	13,3	9 717,8	16,0	32,7
Impostos sobre a produção e importação	8 783,0	15,9	9 605,0	15,8	9,4
Contribuições sociais	6 643,6	12,0	7 285,0	12,0	9,7
Vendas	1 717,7	3,1	2 000,1	3,3	16,4
Outra receita corrente	1 226,3	2,2	990,6	1,6	-19,2
Receita de capital	1 326,3	2,4	336,0	0,6	-74,7
Despesa total	25 109,1	45,5	25 787,2	42,4	2,7
Despesa corrente	23 540,2	42,6	24 077,3	39,6	2,3
Prestações sociais	11 330,0	20,5	11 633,2	19,1	2,7
Despesas com pessoal	5 802,9	10,5	5 977,6	9,8	3,0
Juros	1 313,4	2,4	1 251,1	2,1	-4,7
Consumo intermédio	3 160,2	5,7	3 242,4	5,3	2,6
Subsídios	646,8	1,2	344,1	0,6	-46,8
Outra despesa corrente	1 286,8	2,3	1 628,8	2,7	26,6
Despesa de capital	1 568,9	2,8	1 709,9	2,8	9,0
Investimento ⁽¹⁾	1 320,5	2,4	1 414,8	2,3	7,1
Outra despesa de capital	248,4	0,4	295,1	0,5	18,8
Saldo corrente	2 154,4	3,9	5 521,1	9,1	
Saldo total	1 911,8	3,5	4 147,2	6,8	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 3º trimestre de 2022 atingiu 4 147,2 milhões de euros, correspondendo a 6,8% do PIB, o que compara com 3,5% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 10,8% da receita total e de 2,7% da despesa total.

No lado da despesa, registou-se um aumento de 2,3% da despesa corrente, em resultado do aumento da despesa com prestações sociais (2,7%), das despesas com pessoal (3,0%), tendo o consumo intermédio

³ Os dois empréstimos atribuídos pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira recebidos ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira incluíam margens que tinham de ser pagas antecipadamente (*prepaid margins*). Estas margens foram devolvidas às AP na maturidade dos empréstimos, em 2016 no caso do empréstimo a 5 anos e em 2021, no caso do empréstimo a dez anos.



registado um aumento de 2,6% e a outra despesa corrente de 26,6%. Por outro lado, os encargos com juros registaram uma diminuição de 4,7% e os subsídios pagos diminuíram 46,8%. A despesa de capital aumentou 9,0%, em resultado do crescimento de 18,8% da outra despesa de capital e de 7,1% do investimento.

O aumento de 15,2% da receita corrente deveu-se a aumentos em todas as suas componentes, exceto na outra receita corrente. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação, as contribuições sociais e as vendas cresceram 32,7%, 9,4%, 9,7% e 16,4%, respetivamente, tendo a outra receita corrente diminuído 19,2%. A evolução positiva da receita fiscal (20,0%) e contributiva (9,7%) evidencia a recuperação da atividade económica, o comportamento do mercado de trabalho face ao período homólogo, bem como, no caso dos impostos sobre a produção e importação, a evolução da inflação e ainda efeitos de base, na sequência da crise pandémica, como o atrás referido sobre o IRC. A receita de capital registou uma diminuição de 74,7%, pelos motivos já referidos na análise relativa ao ano acabado no trimestre.

Tomando como referência os valores para o conjunto dos três trimestres de 2022, o saldo das AP fixou-se em 4 980 milhões de euros, correspondente a 2,8% do PIB. Em igual período de 2021, o saldo tinha sido -3 891 milhões de euros (-2,5% do PIB).

Figura 10. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas – valores acumulados do 3º trimestre

	3º trimestre de 2021		3º trimestre de 2022		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	69 412,6	44,0	77 441,8	43,9	11,6
Receita corrente	67 401,9	42,7	76 472,3	43,4	13,5
Impostos sobre o rendimento e património	14 686,8	9,3	18 846,7	10,7	28,3
Impostos sobre a produção e importação	23 356,2	14,8	27 025,1	15,3	15,7
Contribuições sociais	19 535,1	12,4	21 218,0	12,0	8,6
Vendas	4 837,3	3,1	5 616,2	3,2	16,1
Outra receita corrente	4 986,5	3,2	3 766,2	2,1	-24,5
Receita de capital	2 010,7	1,3	969,6	0,5	-51,8
Despesa total	73 303,9	46,5	72 461,7	41,1	-1,1
Despesa corrente	68 033,5	43,1	67 765,5	38,4	-0,4
Prestações sociais	29 966,7	19,0	30 890,3	17,5	3,1
Despesas com pessoal	17 876,4	11,3	18 436,7	10,5	3,1
Juros	3 978,5	2,5	3 587,8	2,0	-9,8
Consumo intermédio	8 700,2	5,5	9 140,2	5,2	5,1
Subsídios	3 591,3	2,3	1 024,7	0,6	-71,5
Outra despesa corrente	3 920,4	2,5	4 685,7	2,7	19,5
Despesa de capital	5 270,3	3,3	4 696,2	2,7	-10,9
Investimento ⁽¹⁾	3 547,3	2,2	3 895,1	2,2	9,8
Outra despesa de capital	1 723,0	1,1	801,1	0,5	-53,5
Saldo corrente	-631,7	-0,4	8 706,8	4,9	
Saldo total	-3 891,3	-2,5	4 980,2	2,8	

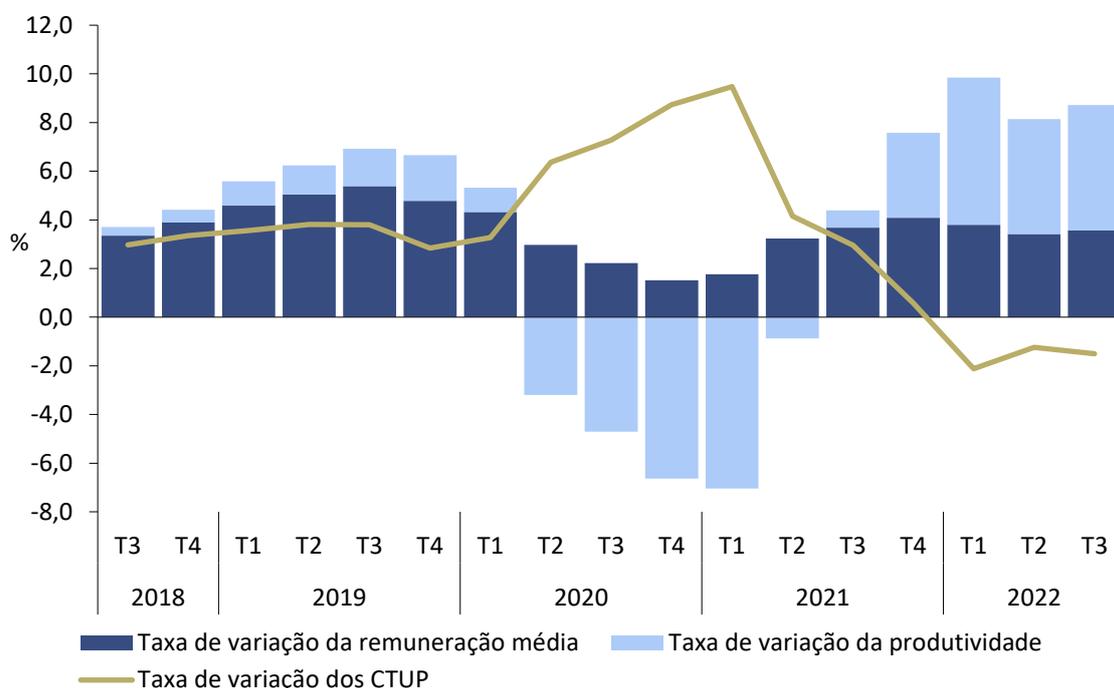
⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram 1,5%

No ano acabado no 3º trimestre de 2022, os CTUP diminuíram 1,5% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de -1,2% no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento de 5,1% da produtividade, que superou o aumento de 3,6% da remuneração média.

Figura 12. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





Caixa – Rendimento Disponível Bruto ajustado real das Famílias diminuiu, mas consumo individual continuou a aumentar

No âmbito das Contas Nacionais estão disponíveis diversos indicadores macroeconómicos mais adequados que o PIB para avaliar a situação económica e financeira das famílias. Em linha com diversas recomendações internacionais, o INE tem já apresentado informação sobre o Rendimento Disponível Bruto ajustado (RDBa) nominal *per capita* das Famílias. Contudo, em períodos temporais caracterizados por níveis elevados de inflação, o RDBa real *per capita* é mais adequado para essa avaliação.

O RDBa real *per capita* considera como deflador o índice de preços implícito na despesa de consumo final, que tem um comportamento próximo do Índice de preços do Consumidor. Além deste indicador, outro indicador relevante na perspetiva do bem-estar das famílias é o consumo final individual, que consiste na soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias (como por exemplo, as comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias), também deflacionada e expressa em valores *per capita*.

O RDB ajustado (RDBa) nominal das Famílias registou um crescimento de 1,0% no ano terminado no 3º trimestre de 2022, determinado principalmente pelo aumento das remunerações recebidas. O RDBa nominal *per capita* correspondeu a 17,6 mil euros.

O RDBa real *per capita* registou uma diminuição de 0,4% no 3º trimestre de 2022, após ter diminuído 0,1% no trimestre anterior. Por outro lado, a despesa de consumo individual *per capita* continuou a aumentar no 3º trimestre de 2022 (variação de 0,4%), embora a uma taxa inferior ao observado nos trimestres anteriores.

Figura 13. RDB ajustado real per capita e Consumo Individual das Famílias real per capita
(Taxa de variação em cadeia; %)





Caixa – continuação

As medidas implementadas para mitigar o impacto da pandemia permitiram manter o RDBa com taxas de variação próximas de zero em 2020, num período em que se observou uma redução expressiva da despesa de consumo final individual, determinando uma acumulação de poupança. A progressiva eliminação das medidas restritivas associadas à pandemia permitiu o aumento da despesa de consumo final individual a partir do 2º trimestre de 2021, o que não foi acompanhado pelo aumento do RDBa, conduzindo à redução de poupança. No 2º e 3º trimestre de 2022, refletindo a aceleração dos preços no consumidor sem contrapartida equivalente na variação do rendimento nominal das famílias, o RDBa real das Famílias diminuiu.



NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 3º trimestre de 2022.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Salvo indicação em contrário, os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 30 de novembro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados não determinaram revisões nas taxas de variação do PIB.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de



participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final individual – O consumo final individual corresponde à soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto (RDB) ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

RDB ajustado real das Famílias: Corresponde ao RDB ajustado das Famílias deflacionado com o índice de preços implícito na despesa de consumo final das Famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O RNB (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e



importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O PIB (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 24 de março de 2023
